

# Agronegócio Brasil–Japão

Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros<sup>1</sup>  
Karlin Saori Ishii<sup>2</sup>

**Resumo:** O Brasil e o Japão possuem laços de cooperação principalmente em relação aos recursos humanos iniciados há cem anos. Outra característica importante é a complementaridade das duas economias, pois o Brasil possui uma grande extensão de área agricultável e, portanto, consegue produzir alimentos a custos menores que o Japão, enquanto o Japão é especializado em produtos de tecnologia mais alta. Apesar dessas características, o Brasil não tem conseguido aumentar suas exportações para o Japão e isso vem ocorrendo graças ao aumento do comércio entre os países da Ásia e a conseqüente exclusão dos países ocidentais. Em relação ao agronegócio, o saldo comercial vem aumentando somente em conseqüência do aumento das exportações, pois as importações estão estagnadas. As possibilidades de aumento da integração comercial entre o Brasil e Japão existem, porém há a necessidade de aumentar o empenho no estabelecimento de acordos sanitários e fitossanitários para o mercado de carnes. Há ainda a necessidade de firmar parcerias para o aumento da demanda de biocombustíveis (etanol).

**Palavras-chave:** cooperação, integração comercial, mercado exterior.

**Abstract:** Brazil and Japan have a history of cooperation in relation mainly to human resources initiated a hundred years ago. Another important feature is the complementarity of the two economies, since Brazil has a large area for agriculture and can therefore produce food with lower costs than Japan, while Japan is specialized in higher technology products. Despite these characteristics, Brazil has not increased its exports to Japan. This fact stems from the increased trade between Asian countries and the consequent exclusion of Western countries. The agribusiness trade balance is increasing as a result only of increase in exports, since imports are stagnant. There are possibilities of increasing trade integration between Brazil and Japan, but it is necessary to increase the commitment to the establishment of sanitary and phytosanitary agreement for the meat market. Moreover, it is necessary to establish partnerships to increase the Japanese demand for biofuels (ethanol).

**Keywords:** cooperation, trade integration, foreign trade.

## Introdução

Brasil e Japão possuem laços históricos de cooperação para o desenvolvimento, no que tange tanto ao comércio como aos investimentos estratégicos e, também, no campo dos recursos humanos<sup>3</sup>, particularmente no processo

migratório iniciado há cem anos. Hoje se sabe que a abertura ao intercâmbio externo, nessas três dimensões, é muito importante para o crescimento econômico.

Os dois países não tinham rendas per capita muito diferentes ao final da Segunda

<sup>1</sup> Doutor em Economia pela North Carolina State University, Professor Titular e Coordenador Científico do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq). E-mail: gsbarro@esalq.usp.br

<sup>2</sup> Mestre em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá, Pesquisadora do Cepea. E-mail: karlin@esalq.usp.br

<sup>3</sup> O número de imigrantes japoneses ao Brasil seria de mais de um quarto de milhão no século 20 (BRASIL, 2005).

Guerra; porém, por terem seguido estratégias diferentes de desenvolvimento e por possuírem grande diferença de capital humano, o crescimento japonês permitiu transformar o Japão em um país desenvolvido em poucas décadas, enquanto o Brasil, após um arranque nas décadas de 1950, 1960 e 1970, praticamente estagnou-se, perdendo enorme terreno em termos de crescimento (Fig. 1). Dentro desse contexto, o investimento japonês no Brasil pode ajudar a superar o gap que hoje prevalece.

O interesse japonês pelo agronegócio brasileiro vem pelo menos desde a época do café e do algodão no início do século 20, por meio de compras de produtos e investimentos. Tais investimentos, especificamente no agronegócio, se salientaram em 1978, por ocasião do Programa Brasil-Japão de Cooperação para o Desenvolvimento do Cerrado (Prodecer) (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2008), que visava, entre outras coisas, por meio do desenvolvimento dos cerrados brasileiros, oferecer alternativas (aos EUA) de suprimento de farelo de soja ao Japão. No geral, porém, o investimento japonês no Brasil em períodos recentes tem sido oscilante, alcançando US\$ 1.350 milhões em 2003 e caindo para US\$ 650 milhões em 2006.

Na Fig. 2 percebe-se que, em 2006, o Japão foi apenas o décimo investidor estrangeiro no Brasil. Parcela relativamente pequena e instável de seus investimentos tem se destinado especificamente ao agronegócio: apenas 1 % em 2003 contra 11 % em 2006 (Fig. 3).

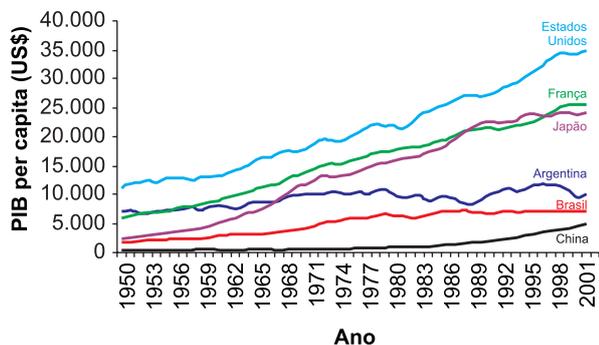


Fig. 1. PIB per capita no Pós-Segunda Guerra. Fonte: University of Pennsylvania (2008).

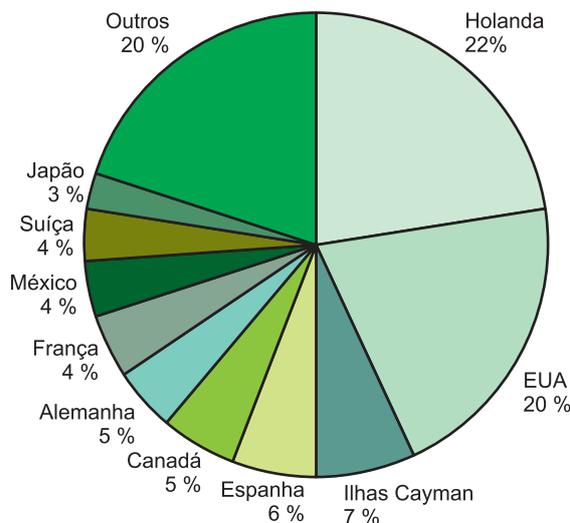


Fig. 2. Investimentos estrangeiros no Brasil, 2006. Fonte: Banco Central do Brasil (2008).

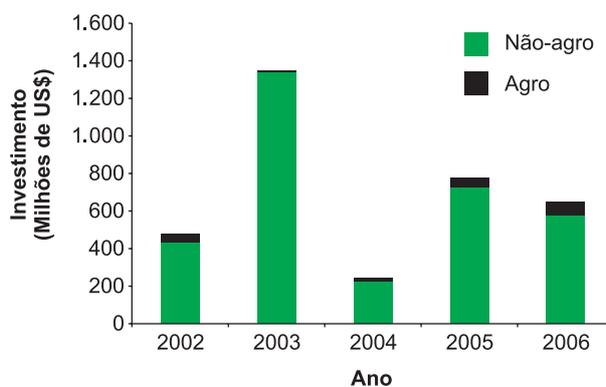


Fig. 3. Investimentos do Japão no Brasil, 2002–2006. Fonte: Banco Central do Brasil (2008).

A abertura comercial japonesa focada nas exportações, com intensa associação entre o Estado e o setor privado, foi estratégica no início do vertiginoso crescimento do país após a Segunda Guerra. Ao mesmo tempo, o Brasil também experimentava altas taxas de crescimento baseado num sistema alternativo – mas também fortemente vinculado ao setor público – de substituição de importações. Mais recentemente, face à intensificação globalizada da movimentação financeira – e, assim, dos investimentos diretos –, o comércio já não tem sido essencial para os países mais desenvolvidos, à

medida que suas empresas investem em países antes importadores. Para o Brasil, porém, que optou pela abertura comercial significativa mais tardiamente – nos anos 1990 –, ele ainda é essencial para seu crescimento. Mesmo assim, o Brasil já é um importante investidor externo, inclusive para algumas cadeias produtivas do agronegócio, como a da carne, por exemplo.

Segundo Government of Japan (2004), o desenvolvimento econômico asiático foi alcançado pelo avanço da liberalização multilateral feita por meio de negociações sucessivas no Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e na Organização Mundial do Comércio (OMC) que proporcionaram aumentos de comércio em nível mundial, principalmente na Ásia. Nos anos recentes, após a crise asiática de 1997–1998, as iniciativas para a liberalização têm se realizado por meio do estabelecimento de acordos de livre comércio entre países específicos, dada a dificuldade nas negociações multilaterais, como destacado por Peng-Hong (2006) e Miyazaki (2005).

Dentre os tipos de integração econômica, o mais comum adotado pelo Japão é o estabelecimento de áreas preferenciais de comércio pequenas, pois a negociação com grupos pequenos é relativamente mais rápida e simples, como é o caso dos acordos bilaterais. Além disso, eles são bem mais aceitos, pois os países podem continuar protegendo setores econômicos sensíveis (como o agrícola). Dentro desse contexto, criou-se a Asian-Pacific Economic Cooperation (Apec), da qual o Japão faz parte. O Japão ainda estabeleceu um acordo bilateral com Cingapura (Japan-Singapore Economic Agreement for a New Age Partnership) firmado em 2002 e um com o México (Japan-Mexico Economic Partnership Agreement) em 2003. Esses acordos são mais amplos que os acordos preferenciais de comércio, pois incluem investimento, desenvolvimento de recursos humanos, propriedade intelectual, compras governamentais, além de comércio e procedimentos aduaneiros eletrônicos. Esse fenômeno de estabelecimentos de acordo nos anos 2000 tem sido chamado de “novo regionalismo asiático”.

Ressalta-se que a maior dificuldade do Japão em firmar acordos comerciais relaciona-se com o setor agrícola. Apesar de a agricultura e da

pesca serem setores pequenos na economia, são de grande peso político (HARVIE; HOON LEE, 2002; LLOYD, 2002). Além disso, há o fato de que a segurança alimentar é uma questão muito importante para o Japão. Sendo assim, esse país prioriza a auto-suficiência na produção de alimentos e, conseqüentemente, a minimização de sua importação (HOMNA, 2000). Graças a esses fatores, que culminaram com a intensificação do processo de abertura comercial dentro da Ásia, o comércio entre o Brasil e o Japão não tem aumentado nos últimos anos.

## O comércio Brasil–Japão

O Japão é um país em que a população e o PIB são grandes, mas que, face à escassez de terras agricultáveis, depende muito da importação de produtos agrícolas. Dessa forma, torna-se um mercado bastante atrativo para países exportadores de produtos agrícolas, como o Brasil. Porém, historicamente, segundo Oliveira (1999), o desenvolvimento do comércio entre esses dois países deveu-se principalmente às iniciativas japonesas, pois, na maior parte das vezes, o Brasil priorizou o desenvolvimento do mercado de países ocidentais.

O grande comprador dos produtos brasileiros é a União Européia, com 22 %, seguida dos Estados Unidos, com 20 % e, posteriormente, por Argentina e China. O Japão está em sexto lugar, comprando 3,6 %. Por outro lado, o Japão fornece ao Brasil 4,85 % de nossas importações (Tabela 1).

Entre os estados brasileiros, os que mais exportaram para o Japão foram os estados de Minas Gerais (24 %), Pará (23 %) e São Paulo (15 %). O maior importador é o Estado de São Paulo, que totaliza quase metade das importações brasileiras originárias do Japão. Minas Gerais exporta minério de ferro, café, papel e celulose, enquanto o Pará exporta principalmente alumínio e minério de ferro, e São Paulo exporta suco de laranja, cátodos de níquel, café, ácido glutâmico, álcool etílico e soja. Em relação às importações, São Paulo é o principal comprador, importando peças de automóveis, aviões e aparelhos mecânicos (Tabela 2).

**Tabela 1.** Exportações e importações brasileiras, 1996–2008.

País	Exportação (%)	País	Importação (%)
1 Estados Unidos	20,03	1 Estados Unidos	19,68
2 Argentina	9,10	2 Argentina	10,45
3 Holanda	5,48	3 Alemanha	8,23
4 China	4,81	4 China	5,37
5 Alemanha	4,53	5 <b>Japão</b>	<b>4,85</b>
6 <b>Japão</b>	<b>3,57</b>	6 Itália	3,87
7 Itália	3,12	7 França	3,32
8 México	3,06	8 Nigéria	2,88
9 Bélgica	2,62	9 Coréia do Sul	2,62
10 Chile	2,59	10 Argélia	2,12
11 Reino Unido	2,44	11 Reino Unido	2,12
12 França	2,31	12 Chile	2,10
13 Espanha	1,98	13 Espanha	1,86
14 Rússia	1,97	14 Canadá	1,70
15 Venezuela	1,89	15 Arábia Saudita	1,65
16 Coréia do Sul	1,41	16 Suíça	1,63
17 Canadá	1,36	17 Taiwan	1,55
18 Paraguai	1,30	18 México	1,44
19 Colômbia	1,19	19 Suécia	1,33
20 Uruguai	0,97	20 Índia	1,06
Demais	24,29	Demais	20,15

Fonte: Brasil (2008).

**Tabela 2.** Exportações e importações do Japão segundo Unidade da Federação, 1996–2008.

Estado	Exportação (%)	Estado	Importação (%)
Minas Gerais	24,71	São Paulo	43,64
Pará	22,91	Rio de Janeiro	8,98
São Paulo	15,66	Rio Grande do Sul	7,86
Rio Grande do Sul	6,64	Paraná	6,93
Santa Catarina	6,24	Amazonas	6,57
Paraná	5,62	Minas Gerais	5,42
Espírito Santo	5,55	Espírito Santo	5,33
Maranhão	2,79	Bahia	3,98
Bahia	2,45	Santa Catarina	2,75
Mato Grosso	2,22	Pernambuco	1,46
Alagoas	1,19	Maranhão	1,34
Goiás	1,15	Ceará	1,14
Mato Grosso do Sul	0,72	Mato Grosso do Sul	1,00

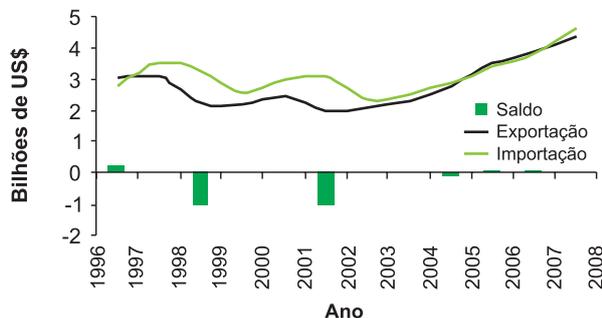
Continua...

**Tabela 2.** Continuação.

Estado	Exportação (%)	Estado	Importação (%)
Rio de Janeiro	0,65	Distrito Federal	0,90
Amapá	0,50	Goiás	0,88
Ceará	0,36	Pará	0,51
Paraíba	0,14	Mato Grosso	0,40
Piauí	0,13	Paraíba	0,22
Pernambuco	0,13	Rio Grande do Norte	0,18
Amazonas	0,07	Sergipe	0,17
Distrito Federal	0,05	Alagoas	0,17
Rondônia	0,05	Rondônia	0,05
Rio Grande do Norte	0,04	Piauí	0,04
Tocantins	0,02	Tocantins	0,04
Roraima	0,00	Amapá	0,04
Sergipe	0,00	Acre	0,01
Acre	0,00	Roraima	0,01

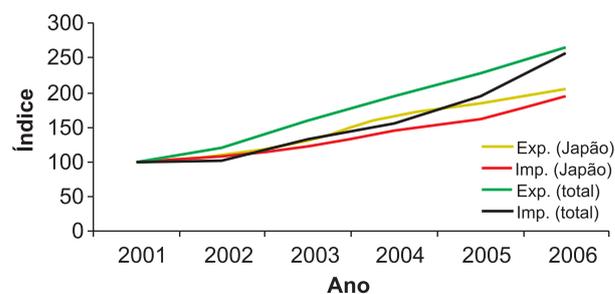
Fonte: Brasil (2008).

A intensidade das relações comerciais do Brasil com o Japão tem aumentado nos últimos anos. Por exemplo, comparando fevereiro de 2008 com fevereiro de 2002, as importações e exportações cresceram mais de 200 %. Fora os anos de 1998 e 2001, a balança comercial manteve-se equilibrada entre os dois países (Fig. 4). Porém, na Fig. 5, verifica-se que as exportações brasileiras para o Japão cresceram menos que o total das exportações no período de 2002 a 2008 e, por outro lado, as importações aumentaram mais que o total.



**Fig. 4.** Exportações, importações e saldo comercial entre Brasil e Japão.

Fonte: Brasil (2008).

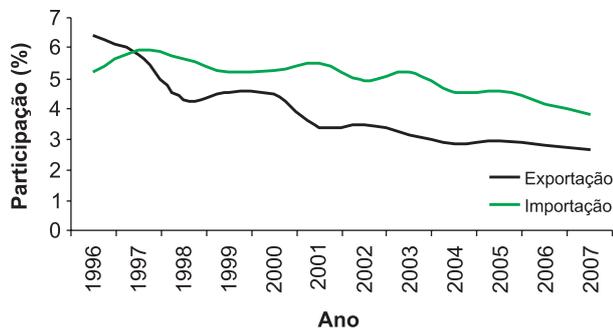


**Fig. 5.** Exportações e importações do Japão e totais.

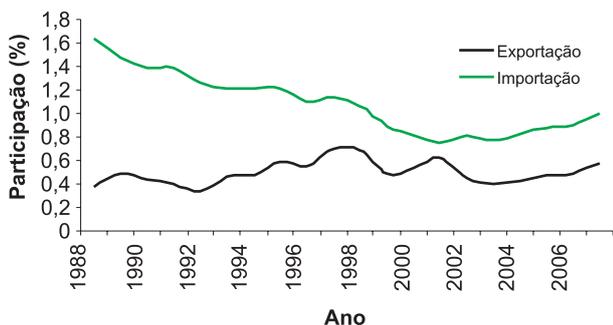
Fonte: Brasil (2008).

Porém, quando se analisa o comércio relativo entre o Brasil e o Japão, verifica-se uma redução nesse período. Em 1996 as exportações para o Japão eram mais de 6 % do total exportado e as importações chegavam também quase a 6 %; porém, em 2007, a importância do Japão no comércio brasileiro reduziu para quase a metade (Fig. 6). As exportações do Japão para o Brasil mantiveram-se estáveis. Todavia, as importações provenientes do Brasil reduziram. Isso ocorreu por causa, em grande medida, do aumento do comércio entre Japão e os países asiáticos que passaram pelo processo de abertura comercial ou, ainda, que firmaram ou

estão em negociações de acordos bilaterais de comércio (Fig. 7). Segundo o Government of Japan (2004), as importações da Ásia, especialmente da China, têm aumentado a partir da década de 1990, principalmente de produtos do setor vestuário e alimentos. Esses dados mostram que o Brasil não conseguiu se beneficiar do crescimento do volume do comércio japonês com o mundo. Mais do que isso, o Brasil tem seguido uma tendência de perda de participação no mercado japonês.



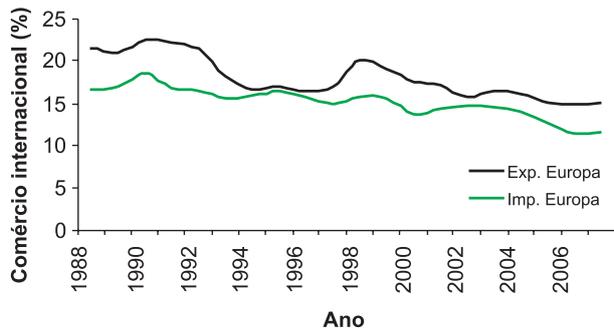
**Fig. 6.** Participação do Japão nas exportações e importações do Brasil.  
Fonte: Brasil (2008).



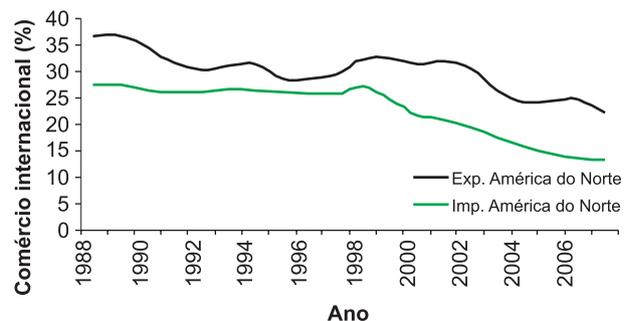
**Fig. 7.** Participação do Brasil nas exportações e importações do Japão.  
Fonte: Ministry of Finance Japan (2008).

Essa tendência é sentida também pelos outros países fora da Ásia (Fig. 8 a 14). Observando-se o comércio japonês com os diversos continentes, ressalta-se o comportamento da Europa (Fig. 8) e da América do Norte (Fig. 9), que são parceiros tradicionais, que perderam a

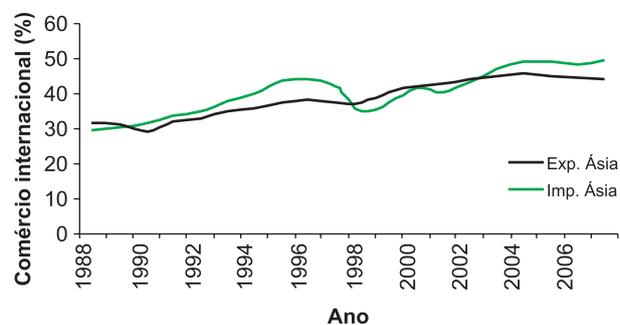
participação no comércio do Japão, enquanto a Ásia aumentou de forma considerável o comércio com o Japão. Nas décadas de 1990 a 2000, do total de produtos comercializados pelo Japão, houve um incremento de 20 % para os países asiáticos (Fig. 10).



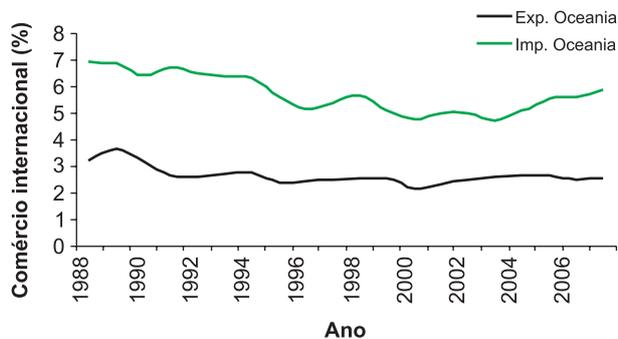
**Fig. 8.** Comércio Japão-Europa.  
Fonte: Ministry of Finance Japan (2008).



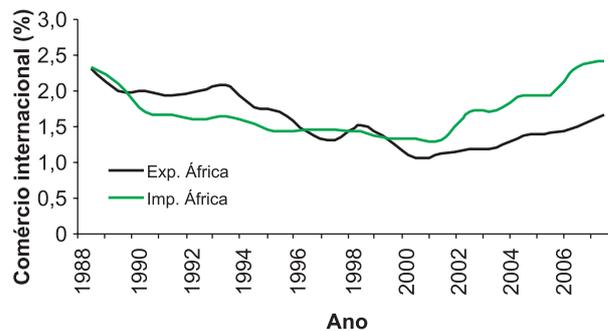
**Fig. 9.** Comércio Japão-América do Norte.  
Fonte: Ministry of Finance Japan (2008).



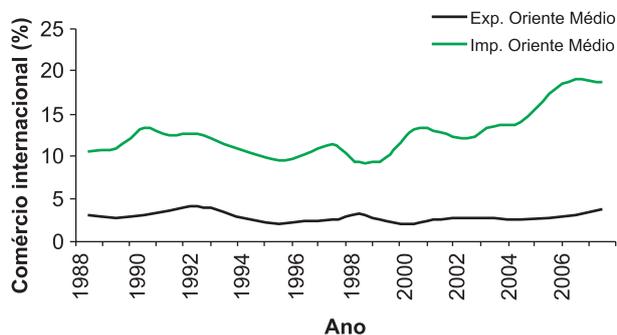
**Fig. 10.** Comércio Japão-Ásia.  
Fonte: Ministry of Finance Japan (2008).



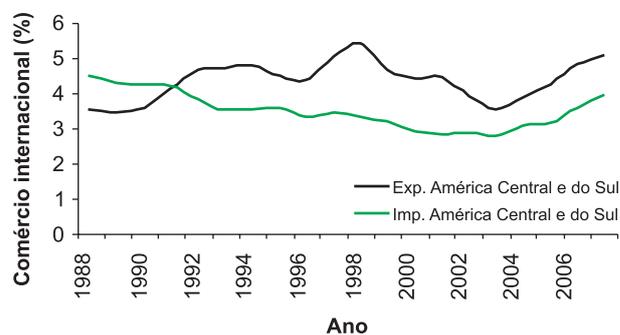
**Fig. 11.** Comércio Japão–Oceania.  
Fonte: Ministry of Finance Japan (2008).



**Fig. 13.** Comércio Japão–África.  
Fonte: Ministry of Finance Japan (2008).



**Fig. 12.** Comércio Japão–Oriente Médio.  
Fonte: Ministry of Finance Japan (2008).



**Fig. 14.** Comércio Japão–América Central e do Sul.  
Fonte: Ministry of Finance Japan (2008).

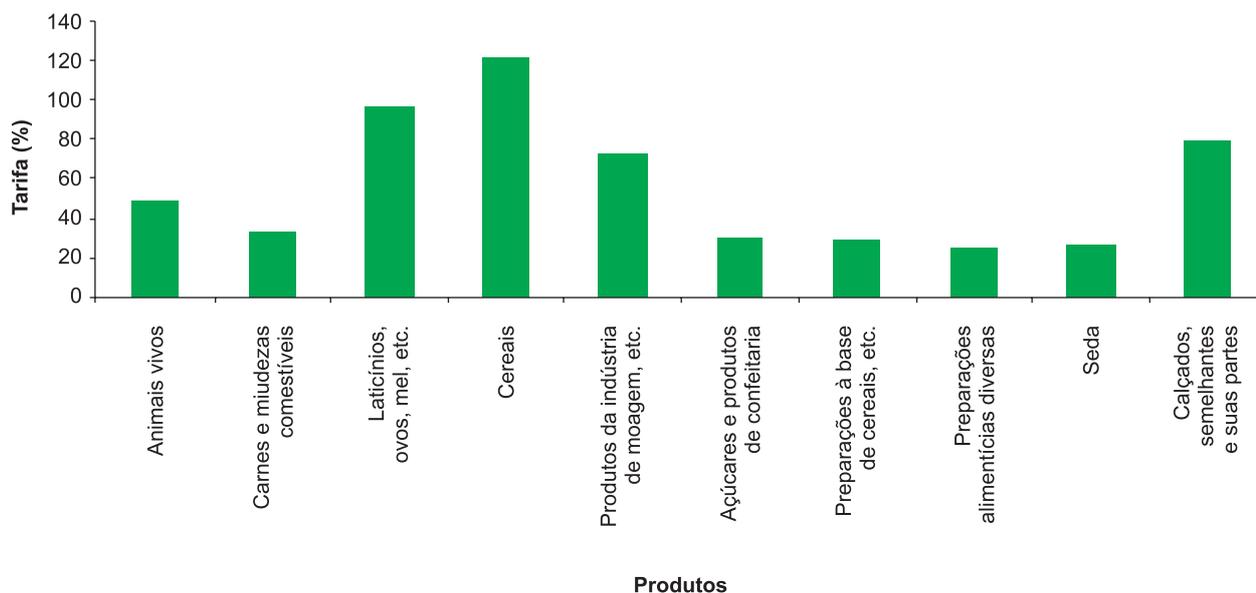
Além da abertura comercial dos países asiáticos, que fez com que houvesse mudanças em relação à importância dos países no comércio japonês em favor da Ásia, há, segundo a Sebrae (2008), dificuldades de entrar no mercado japonês causadas por normas e regulamentos (barreiras técnicas). Pois as normas japonesas são particulares e, portanto, diferentes das internacionais; ou ainda, há uma falta de harmonização com os padrões internacionais. Uma grande quantidade de frutas, vegetais e produtos alimentícios em geral tem dificuldade de entrada graças às restrições de caráter sanitário e fitossanitário e de saúde animal e, além disso, a política de certificação de tratamento contra pestes também é rigorosa. Além das normas técnicas, o Japão impõe tarifas altas para a entrada de produtos estrangeiros. No caso do Brasil, tais tarifas recaem prin-

cipalmente sobre os principais produtos de interesse do agronegócio: cereais (121 %), laticínios, ovos e mel (96 %), calçados (78 %) e produtos da indústria de moagem (73 %) (Fig. 15).

As tarifas para a maioria dos produtos impostas pelo Brasil encontram-se entre 10 % e 20 %. Calçados com 27,1 % e veículos e acessórios com 27 % são os maiores (Fig. 16). Sendo assim, o Japão possui maior barreira tarifária à entrada de produtos brasileiros do que o contrário.

## O agronegócio

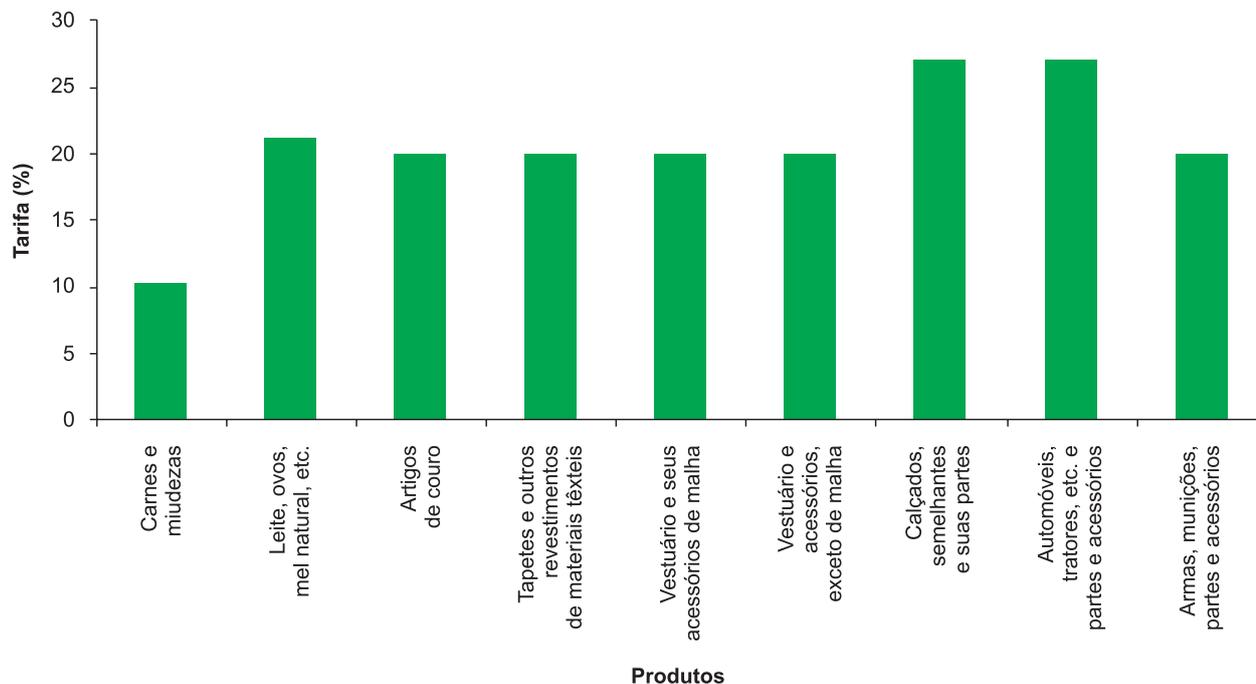
Em relação ao comércio entre o Brasil e o Japão, verifica-se que há uma forte relação de complementaridade: o Brasil exporta matérias-primas e alimentos e o Japão exporta produtos



**Fig. 15.** Tarifas impostas aos produtos brasileiros pelo Japão.

Nota: Tarifa para o ano de 2007, somente produtos com 20 % ou mais de tarifas.

Fonte: United Nations Conference on Trade and Development (2008).

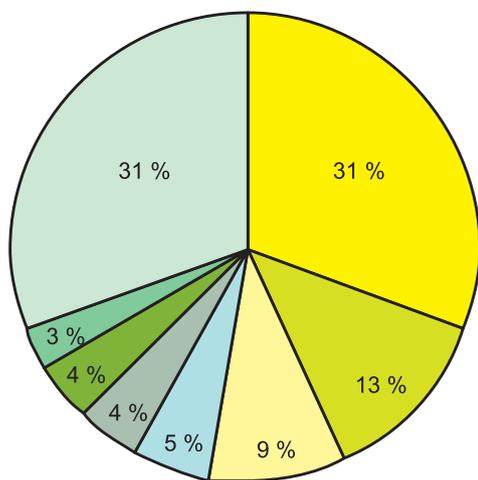


**Fig. 16.** Tarifas impostas aos produtos japoneses pelo Brasil.

Nota: Tarifa para o ano de 2007, somente produtos com mais de 20 % ou mais de tarifas.

Fonte: United Nations Conference on Trade and Development (2008).

manufaturados, com os dois países aproveitando suas vantagens comparativas. De 1996 a 2008, entre os produtos mais exportados pelo Brasil estão os metalúrgicos e do agronegócio. Os destaques são o minério de ferro e alumínio e – no agronegócio – aves, café, celulose e soja, que, juntos, totalizam mais de 80 % das exportações (Fig. 17).



#### Participação

- Minério de ferro não-aglomerado e seus concentrados
- Alumínio não-ligado em forma bruta
- Pedaços e miudezas comestíveis (frango)
- Café não-torrado e não-descafeinado em grão
- Minério de ferro aglomerado e seus concentrados
- Pasta química de madeira
- Outros grãos de soja, mesmo triturados
- Demais

**Fig. 17.** Participação relativa dos principais produtos exportados do Brasil para o Japão, 1996–2008.

Fonte: Brasil (2008).

Pela Tabela 3, nota-se que dentre os produtos do agronegócio, os mais exportados do Brasil para o Japão foram carnes, com 22 %, em primeiro lugar, com destaque para aves; café vem a seguir, com 14 %, e, posteriormente, papel e celulose, com 13 %, mormente a pasta química de papel. Salientam-se ainda a

soja e o suco de laranja, além de madeiras em geral. Esses agregados mencionados somam mais de 70 % das exportações para o Japão.

Entre os produtos importados do Japão, destacam-se os de maior valor agregado, como máquinas e implementos, que representam 55,7 % do valor importado, e papel e celulose, que representam 24 % (Tabela 4).

O volume exportado para o Japão não tem evoluído como o volume total exportado pelo agronegócio brasileiro. Nas Fig. 18 e 19, é apresentada a evolução de indicadores relacionada às exportações do agronegócio brasileiro, onde nota-se que as exportações cresceram 350 % em volume – Índice de Volume de Exportação (IVE) – de 1989 a 2007; nota-se também que os preços em dólar – Índice de Preço de Exportação (IPE) – dessas exportações tiveram um período de alta na segunda metade da década de 1990, seguido de uma fase de queda nos primeiros anos de 2000. Como as variações cambiais foram mais acentuadas, o resultado foi que os preços em Real – Índice de Atratividade das Exportações (IAT) – tiveram comportamento oposto aos preços em dólar: baixa nos anos 1990 e alta nos anos 2000. Atualmente ambos os indicadores de preço estão em torno do nível do início da década de 1990.

No caso das exportações ao Japão (Fig. 20), o volume exportado (IVE) oscilou bastante e terminou no mesmo nível de 1989. Esse volume cresceu bastante com a desvalorização de 1999 a 2003, mas refluíu desde então, com a valorização do Real. Os preços em dólar (IPE) dos produtos do agronegócio exportados para o Japão tiveram um comportamento cíclico com picos em meados dos anos 1990 e no final do período. Conjugando-se o comportamento dos preços com o da taxa de câmbio, nota-se, com exceção do último ano, uma tendência de elevação dos preços das exportações do agronegócio ao Japão quando convertidos em Real (IAT).

**Tabela 3.** Valor em dólar e participação do agronegócio dos agregados nas exportações brasileiras para o Japão, de 1989 a 2007.

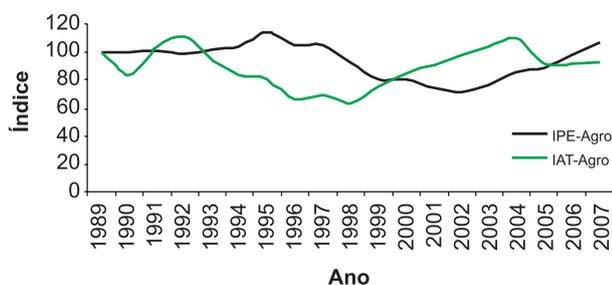
<b>Agregado</b>	<b>Valor (US\$)</b>	<b>Participação no total exportado (%)</b>
Carne e miudezas comestíveis	4.495.594.806	22,3
Café, chá, mate e especiarias	2.872.782.270	14,3
Celulose e papel	2.670.365.614	13,3
Sementes e frutos oleaginosos	1.991.043.493	9,9
Preparações de produtos hortícolas e de frutas	1.509.928.361	7,5
Madeira e mobiliário	1.007.502.610	5,0
Preparações alimentícias diversas	812.760.910	4,0
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagre	768.557.813	3,8
Fumo (tabaco)	733.264.542	3,6
Indústria têxtil e vestuário	726.707.272	3,6
Resíduos e desperdícios	478.584.244	2,4
Peixes e crustáceos	469.225.802	2,3
Produtos químicos	301.404.383	1,5
Gorduras e óleos animais ou vegetais	280.371.068	1,4
Fabricação de calçados	260.108.228	1,3
Cacau e suas preparações	177.756.634	0,9
Preparações de carne, peixes ou crustáceos	136.889.958	0,7
Cereais	129.977.257	0,7
Leite, laticínios, ovos e mel	76.505.479	0,4
Açúcares	47.205.242	0,2
Produtos hortícolas	37.134.650	0,2
Preparações à base de cereais	33.458.745	0,2
Máquinas e implementos	31.523.939	0,2
Gomas, resinas e outros sucos e extratos	28.908.547	0,1
Outros produtos de origem animal	21.636.924	0,1
Plantas vivas e floricultura	13.702.492	0,1
Frutas	10.375.452	0,1
Materiais para entrançar	4.084.738	0,0
Produtos da indústria de moagem	3.525.263	0,0
Fertilizantes	1.401.708	0,0
Animais vivos	196.818	0,0
Borracha natural	1.022	0,0
Defensivos	0	0,0

Fonte: Cepea (2008).

**Tabela 4.** Valor em dólar e participação do agronegócio nas importações brasileiras do Japão, de 1989 a 2007.

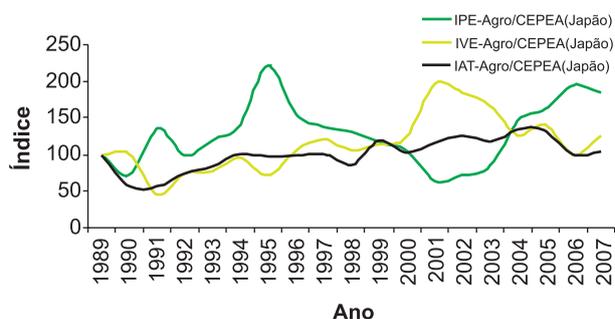
<b>Agregado</b>	<b>Valor (US\$)</b>	<b>Participação no total importado (%)</b>
Máquinas e implementos	463.962.827	55,7
Celulose e papel	207.656.699	24,9
Sementes e frutos oleaginosos	54.244.230	6,5
Produtos químicos	21.164.065	2,5
Indústria têxtil e vestuário	15.415.328	1,9
Fabricação de calçados	13.198.736	1,6
Resíduos e desperdícios	10.933.617	1,3
Preparações alimentícias diversas	9.916.843	1,2
Preparações à base de cereais	6.018.925	0,7
Gomas, resinas e outros sucos e extratos	5.318.611	0,6
Açúcares	4.486.273	0,5
Gorduras e óleos animais ou vegetais	3.392.584	0,4
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagre	2.921.434	0,4
Fertilizantes	2.685.594	0,3
Madeira e mobiliário	2.082.143	0,3
Peixes e crustáceos	1.752.424	0,2
Preparações de carne, peixes ou crustáceos	1.750.584	0,2
Preparações de produtos hortícolas e de frutas	1.665.948	0,2
Outros produtos de origem animal	1.494.996	0,2
Café, chá, mate e especiarias	1.299.389	0,2
Produtos hortícolas	408.830	0,1
Plantas vivas e floricultura	365.465	0,0
Borracha natural	343.527	0,0
Produtos da indústria de moagem	159.608	0,0
Cacau e suas preparações	117.261	0,0
Cereais	112.194	0,0
Animais vivos	110.254	0,0
Materiais para entrançar	56.128	0,0
Frutas	42.647	0,0
Leite, laticínios, ovos e mel	36.960	0,0
Carne e miudezas comestíveis	50	0,0
Fumo (tabaco)	8	0,0
Defensivos	0	0,0

Fonte: Cepea (2008).



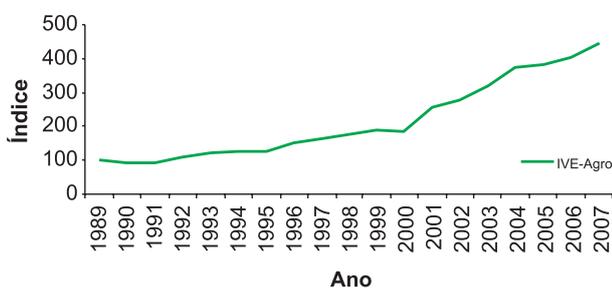
**Fig. 18.** Índice de Preço de Exportação do Agronegócio (IPE-Agro) e Índice de Atratividade das Exportações do Agronegócio (IAT-Agro).

Fonte: Cepea (2008).



**Fig. 20.** Índices de Exportação do Agronegócio IPE-Agro/Cepea (Japão), IVE-Agro/Cepea (Japão) e IAT-Agro/Cepea (Japão).

Fonte: Cepea (2008).

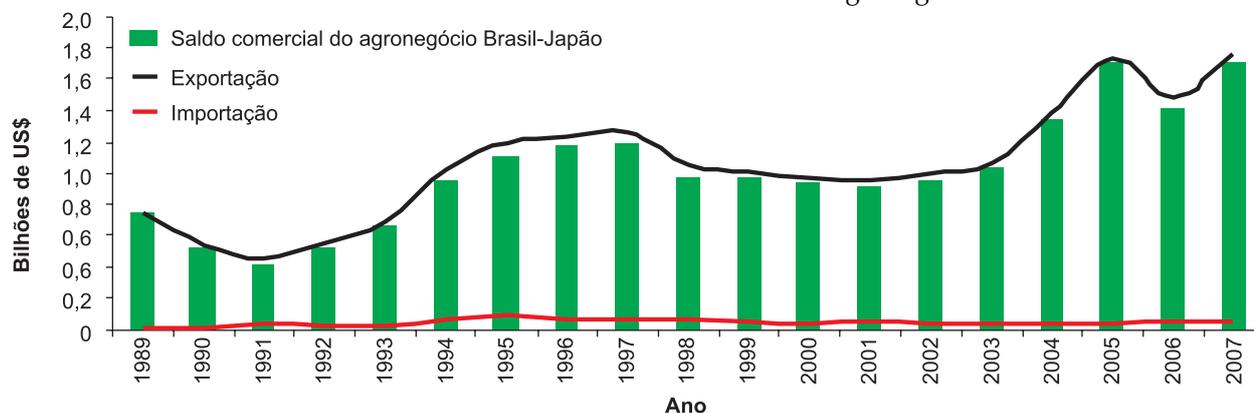


**Fig. 19.** Índice de Volume de Exportação do Agronegócio (IVE-Agro).

Fonte: Cepea (2008).

Em relação ao valor do agronegócio comercializado entre os dois países, o Brasil exportou US\$ 20.132.486.284 de 1989 a 2007 e importou US\$ 833.114.112 também nesse mesmo período, ou seja, as exportações foram 24 vezes superiores às importações do agronegócio, denotando um fluxo altamente favorável ao Brasil (Fig. 21).

O saldo comercial do agronegócio Brasil-Japão tem aumentado no período observado e isso se deve, na maior parte, ao aumento das exportações brasileiras, já que o valor das importações manteve-se estável durante todo o período. Esse saldo positivo era esperado, pelas reconhecidas vantagens competitivas do agronegócio brasileiro, em que pese o fato já mencionado de que tal evolução vis-à-vis ao Japão esteja aquém daquela envolvendo a totalidade das transações internacionais do agronegócio brasileiro.



**Fig. 21.** Exportações e importações (Brasil-Japão) do agronegócio em dólar.

## Possibilidades a serem exploradas

O comércio entre Brasil e Japão, assim como os investimentos entre esses dois países, certamente está muito aquém do seu potencial. Por um lado, o Japão é a segunda economia mundial, com um mercado muito amplo; por outro, o Brasil goza de significativas vantagens numa gama de produtos e serviços que, em princípio, interessariam ao mercado japonês. O investimento, além de pouco expressivo, não tem correspondido ao potencial do agronegócio brasileiro.

Os maiores interesses do Brasil, em termos de agronegócio, recaem de imediato sobre o segmento de carnes e o de biocombustíveis.

No primeiro caso, trata-se de incrementar o comércio de produtos de maior valor agregado, que integram as cadeias de grãos e carnes (bovinas, de aves e suínas). São produtos em que o Brasil é praticamente imbatível em termos de custos, o que tem beneficiado muito os importadores, oportunidade que o Japão vem perdendo. As carnes bovina e suína enfrentam a exigência de ausência de aftosa sem vacinação. Com isso, 80 % da demanda japonesa de carne bovina são atendidos pela importação, predominantemente da Austrália. Evidentemente, o avanço aqui depende do empenho dos dois países no sentido de estabelecer um amplo acordo sanitário e fitossanitário que leve em conta as condições efetivas da produção nacional, inclusive a heterogeneidade deste país de dimensões continentais. Para tal, o Brasil conta com alta eficiência no campo e com agroindústrias de grãos e carnes de alto padrão administrativo e tecnológico. Falta ao Brasil cuidar das deficiências de infra-estrutura e de seu aparato na área sanitária. São duas deficiências que envolvem o setor público, de quem devem partir iniciativas de parcerias com o setor privado que acelerem a superação desses obstáculos.

No segundo caso, também se trata de segmento de inegáveis vantagens brasileiras, como no caso do etanol e, possivelmente, do biodiesel. Este último enfrenta a vivaz concorrência da demanda por óleos comestíveis, de sorte que suas perspectivas ficam em suspenso.

Já o etanol não esbarra diretamente em tal competição, à medida que a cana se expande sobre áreas de pastagens degradadas. Japão e Brasil deveriam engajar-se em processo de parceria fundado na mútua credibilidade lastreada em sua longa e bem-sucedida história comum: o Japão poderia acelerar o processo de inclusão mais pronunciada do etanol em sua matriz energética – indo além da autorização de adição de 3 % à gasolina –, e o Brasil, assumir em parceria com o capital japonês as iniciativas empresariais compatíveis com as metas estabelecidas pelo Japão.

## Agradecimentos

Os autores agradecem ao acadêmico Gabriel Caldas Santos pela colaboração na pesquisa.

## Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Investimento estrangeiro direto**: matriz país x setor. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INVEDMATRIZ>>. Acesso em: 22 mar. 2008.

BRASIL. Senado. **Diário do Senado Federal**, Brasília, DF, 15 mar. 2005. Diários. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/diarios/pdf/sf/2005/03/14032005/04950.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **AliceWeb**. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>>. Acesso em: 19 mar. 2008.

GOVERNMENT OF JAPAN. Cabinet Office. **Annual report on the japanese economy and public finance, 2003-2004**: no gains without reforms IV. Tokyo: Government of Japan, 2004. Disponível em: <<http://www5.cao.go.jp/zenbun/wp-e/wp-je04/04-00303.html>>. Acesso em: 19 mar. 2008.

HARVIE, C.; HOON LEE, H. New regionalism in east Asia: how does it relate to the east asian economic development model. **ASEAN Economic Bulletin**, v. 19, n. 2, p. 123-140, 2002.

HOMNA. **The new agricultural basic law and trade policy reform in Japan**. Tokyo: East Asian Bureau of Economic Research, 2000. 92 p. (Trade Working Papers, 396).

LLOYD, P. **New regionalism and new bilateralism in the Asia-Pacific**. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies, 2002. 31 p. (ISEAS. Working paper visiting researcher serie, 3).

OLIVEIRA, H. A. A Ásia, o Brasil e a Indonésia: alguns comentários. In: CENTRE DES ÉTUDES LUSOPHONES. (Org.). **Lusotopie 1999**: dynamiques religieuses en lusophonie contemporaine. Paris: Éditions Karthala, 1999. p. 91-102.

PENG-HONG, C. **East asian new regionalism and China**. Washington: Shanghai Academy of Social Sciences, 2006. Third Annual CEPIL-IDB Conference New Regionalism: progress, setbacks and challenges.

SEBRAE. **Barreiras**: Japão. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/sebraetib/Hp/conceitos/certificacao/japao.htm>>. Acesso em: 19 mar. 2008.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Núcleo de pesquisa em relações internacionais da Universidade de São Paulo**. Disponível em: <[http://www.nupri.prp.usp.br/cartasia\\_indice.htm](http://www.nupri.prp.usp.br/cartasia_indice.htm)>. Acesso em: 19 mar. 2008.

CEPEA. Centro de Estudos e Pesquisas em Economia Aplicada. **Macroeconomia**. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/macro/>>. Acesso em: 18 mar. 2008.

MINISTRY OF FINANCE JAPAN. **Trade statistics of Japan**. Disponível em: <[http://www.customs.go.jp/toukei/info/index\\_e.htm](http://www.customs.go.jp/toukei/info/index_e.htm)>. Acesso em: 19 mar. 2008.

UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA. **Pennsylvania world tables**. Disponível em: <[http://pwt.econ.upenn.edu/php\\_site/pwt62/pwt62\\_form.php](http://pwt.econ.upenn.edu/php_site/pwt62/pwt62_form.php)>. Acesso em: 19 mar. 2008.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **World trade organization**. Disponível em: <<http://www.macmap.org/>>. Acesso em: 19 mar. 2008.

---